



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES

EMENDA Nº - CCJ

(PEC 45, DE 2019)

Altera o art. 1º da Proposta de Emenda Constitucional nº 45, de 2019.

“Art. 149-B. Ressalvadas as hipóteses específicas nesta constituição o tributo previsto no art. 195, V, (CBS) deverá atender os mesmos quesitos do imposto previsto no art. 156-A (IBS) principalmente quanto a:

.....
.....

§2º Tratando-se da mesma matéria para aplicação da norma precede o dispositivo que trata do imposto previsto no art. 155-A sobre aquele que trata do tributo previsto no art. 195, V”

JUSTIFICATIVA

Para que a PEC nº 45/2019 torne efetiva a simplicidade tributária do IVA dual, e evitar a confusão normativa em potencial entre o CBS e o IBS, é imprescindível uma melhor harmonização entre os dois tributos, com o aperfeiçoamento do Artigo 149-B, de modo a se estabelecer uma ordem e precedência das regras do IBS sobre o CBS, reequilibrando a relação entre os entes federados no processo de harmonização, ou seja, entre o Conselho Federativo (estados, DF e os municípios) e a União.

Essa mudança possibilitará, ainda, otimizar os recursos das administrações tributárias dos entes federados, permitindo focar a expertise atual de cada fisco. Ou seja, os recursos da Receita Federal na administração do IR/CSLL/IS/folha (16% do PIB) e do Conselho Federativo na gestão do IVA dual (13% do PIB), potencializando a competência técnica dos entes federativos, com resultado na maior eficiência na gestão dos tributos em seu conjunto.

Nesse sentido, é imprescindível que a PEC 45/2019 preveja maior fluidez na harmonização do IVA dual, entre os novos tributos IBS e CBS, o que somente será possível com o aperfeiçoamento do artigo 149-B.

O aperfeiçoamento no artigo 149-B da PEC também proporcionará mais um ganho à sociedade, além de um IVA dual menos complexo. Trata-se da otimização na atuação das administrações tributárias dos entes federados, permitindo focar a expertise atual de cada fisco, ou seja, concentrar os recursos da Receita Federal na administração do IR/CSLL/IS/folha (16% do PIB) e do Conselho Federativo na gestão do IVA dual (13% do PIB), de maneira a potencializar a competência e a capacidade técnica dos entes federativos, resultando em maior eficiência na gestão dos tributos em seu conjunto.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES

Sala da Comissão, de setembro de 2023

Senador Astronauta Marcos Pontes
PL/SP